



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA AQUISIÇÃO

1.1. Contratação de serviços de fornecimento, instalação, ativação e suporte de dois links dedicados de acesso à internet, principal e secundário, para a sede do Conselho Regional de Química -Terceira Região (CRQ-III).

Item	Descrição	Capac.	Qtde de Link a ser Fornecido	Und. Fornec.	Qtde.	VI. Mensal Estimado	VI. Anual Estimado	VI. Quinquenal Estimado
1	Link Primário, dedicado de acesso à Internet simétrico com no mínimo 5 IPs fixos, suporte 24x7 e monitoramento	200 Mbps	1	Mensal	60	R\$ 1.144,88	R\$ 13.738,62	R\$ 68.693,11
2	Link Secundário, dedicado de acesso à Internet simétrico com no mínimo 5 IPs fixos, suporte 24x7 e monitoramento		1	Mensal	60	R\$ 1.144,88	R\$ 13.738,62	R\$ 68.693,11
Valores Totais Estimados:						R\$ 2.289,77	R\$ 27.477,24	R\$ 137.386,22

1.2. Local de instalação dos links primário e secundário: Avenida das Américas nº 1650 - Bloco 01 – 2º andar, Barra da Tijuca – Rio de Janeiro/RJ.

1.3. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação será de 5 (cinco) anos, prorrogável até o limite legal, conforme o artigo 105 da Lei n.º 14.133, de 2021.

1.5. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que se trata de atendimento de uma demanda permanente e prolongada, essenciais ao funcionamento da presente Autarquia, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a economia processual.

1.6. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br (CATMAT / CATSER) e as especificações deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Considerando o término do contrato vigente de fornecimento de links de internet da sede do CRQ-III, previsto para julho de 2026, faz-se necessária a celebração de novo contrato para a disponibilização de links de internet dedicada, sendo eles principal e secundário, de modo a assegurar a continuidade, a disponibilidade e a confiabilidade da infraestrutura de comunicação do CRQ-III.



2.2. A conectividade à internet constitui infraestrutura essencial para o funcionamento deste Conselho, sendo indispensável para a operação dos sistemas corporativos, plataformas de atendimento, envio e recebimento de dados, serviços de cobrança, comunicação institucional, bem como para o acesso dos profissionais e empresas registradas aos serviços digitais disponibilizados pelo Conselho.

2.3. A indisponibilidade ou instabilidade do serviço de internet comprometeria diretamente a continuidade dos serviços prestados, afetando o atendimento ao público registrado, o cumprimento de prazos legais, a tramitação de processos administrativos e a execução das atividades finalísticas e de apoio do Conselho.

2.4. A adoção de dois links dedicados — principal e secundário — em arquitetura de redundância, visa mitigar riscos operacionais, garantir alta disponibilidade, assegurar a segurança da informação e preservar a continuidade dos serviços, prevenindo prejuízos administrativos, financeiros e institucionais decorrentes de eventuais falhas na conectividade.

2.5. Esta contratação está alinhada ao Plano de Contratação Anual 2026 (PCA – 2026), publicado junto à Portaria 239 de 15 de dezembro de 2025 em: item Tecnologia da nº13 - Links de internet sede Barra e alinhada com o Planejamento Estratégico, itens OE. 15 - Promover a inovação de processos e serviços por meio da melhoria contínua, utilizando novas tecnologias e ferramentas inovadoras, e OE. 19 - Adotar um sistema de informatização integrado e inovador, capaz de interligar o CRQ III e as partes interessadas.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A CONTRATADA deverá fornecer link de Internet a ser ativado nas instalações da CONTRATANTE conforme detalhamento a seguir:

Descrição	Endereço de Instalação
Link Principal	Sede do CRQ-III: Avenida Das Américas, 1650 2º Andar - Bloco 01 - Barra da Tijuca - RJ - 22640-100
Link Secundário	

4.2. A solução de TIC a ser contratada consiste na prestação de serviços de acesso dedicado à Internet, com garantia de banda simétrica, alta disponibilidade, monitoramento contínuo e suporte técnico especializado de forma ininterrupta, 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados, porquanto durar o contrato, para atender às necessidades de conectividade da sede do CRQ-III;

4.3. A contratação abrange fornecimento, instalação, configuração, testes, ativação e manutenção dos enlaces dedicados.



4.4. Requisitos Técnicos Mínimos

- 4.4.1. Disponibilidade mínima: garantia de disponibilidade mínima de 99,7%, com utilização de mecanismos automáticos de detecção, isolamento e mitigação de falhas;
- 4.4.2. Monitoramento contínuo: prestação de suporte técnico e monitoramento contínuo por parte da contratada, com comunicação tempestiva à contratante acerca de quaisquer falhas, quedas ou interrupções no serviço, bem como das ações corretivas adotadas;
- 4.4.3. Endereçamento IP: fornecimento de, no mínimo, 5 (cinco) endereços IP fixos IPv4, bem como suporte nativo ao protocolo IPv6;
- 4.4.4. Conectividade: conexão entregue por meio de fibra óptica dedicada, com utilização de rotas físicas distintas, assegurando maior disponibilidade e resiliência do serviço;
- 4.4.5. Segurança: filtragem de tráfego malicioso, suporte a BGP, políticas compatíveis com PPSI e normas de segurança da informação do CRQ-III;
- 4.4.6. Suporte técnico: atendimento remoto e presencial, acionamento via telefone, e-mail e portal web, disponível 24x7;
- 4.4.7. Prazo de atendimento: tempo máximo de resposta inicial de 30 minutos e tempo máximo de reparo de 4 horas para incidentes críticos.

4.5. Requisitos de Negócio:

- 4.5.1. O serviço deve garantir uma alta disponibilidade, minimizando tempo de inatividade e interrupções, para suportar as operações críticas do CRQ-III;
- 4.5.2. Definir expectativas claras em relação ao suporte técnico oferecido pelo provedor, incluindo tempos de resposta, procedimentos de resolução de problemas e planos de manutenção preventiva;
- 4.5.3. Definir requisitos de segurança a ser estabelecidos para proteger a integridade dos dados transmitidos pela rede, incluindo medidas contra-ataques cibernéticos e garantia de privacidade;
- 4.5.4. Permitir escalabilidade ou fazer melhorias na infraestrutura para acompanhar o crescimento das necessidades tecnológicas do CRQ-III.

4.6. Requisitos Técnicos Solução:

- 4.6.1. Link dedicado de Internet simétrico de 200Mbps, com terminação em rack/data center na sede do CRQ-III;
 - 4.6.2. Ambos os links, primário e secundário, deverão possuir endereçamento IP público fixo, com capacidade mínima de 5 IPs (IPv4).
-



4.7. Requisitos de Desempenho e Disponibilidade (SLA):

- 4.7.1. Disponibilidade mínima: 99,7% ao mês;
- 4.7.2. Tempo máximo de reparo (MTTR): até 4 horas para falhas críticas;
- 4.7.3. Monitoramento contínuo 24x7, com notificação proativa ao contratante;
- 4.7.4. Canal de atendimento técnico especializado 24x7, com registro e rastreabilidade de chamados;

4.8. Responsável pelo recebimento:

- 4.8.1. A responsabilidade pelo acompanhamento da instalação ficará a cargo do Coordenador de TI, Aylton Pereira da Cruz, aylton.cruz@crq3.org.br **COM CÓPIA** para informatica@crq3.org.br

4.9. Requisitos de Segurança da Informação:

- 4.9.1. Proteção contra-ataques de negação de serviço (DDoS) e monitoramento de tráfego suspeito;
- 4.9.2. Isolamento lógico da rede e integridade dos dados trafegados;
- 4.9.3. Controle de acesso administrativo às interfaces de gerenciamento;
- 4.9.4. Criptografia de comunicação quando aplicável;
- 4.9.5. Registro e retenção de logs de eventos por período mínimo de 6 meses;

4.10. Requisitos de Instalação e Operação;

- 4.10.1. Instalação, configuração e teste integral dos enlaces, garantindo pleno funcionamento;
- 4.10.2. Entrega física dos circuitos em rack/data center designado pela área técnica;
- 4.10.3. Equipamentos fornecidos (modems, roteadores, cabos, interfaces ópticas etc.) permanecem sob responsabilidade do contratado, com garantia total durante a vigência do contrato;
- 4.10.4. Documentação técnica detalhada, contendo topologia, parâmetros de rede, endereçamento e pontos de entrega.

4.11. Subcontratação

- 4.11.1. Não será permitida a subcontratação do objeto contratual.
-



4.12. Da Garantia

- 4.12.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar, que explicitam que é a própria natureza da contratação que haja contingência para eventual falha do Link Primário.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Características do Serviço

- 5.1.1. Prestação de serviço de Link de Internet Dedicado, com velocidade de 200 Mbps (duzentos megabits por segundo), simétrico, com garantia de entrega de 100% da banda contratada (CIR – Committed Information Rate), por meio de infraestrutura terrestre em fibra óptica;
- 5.1.2. O link deverá ser entregue sem oversubscription (venda de banda além da capacidade real), assegurando desempenho integral da capacidade contratada em regime contínuo;
- 5.1.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar, no mínimo, 05 (cinco) endereços IPv4 públicos, fixos e válidos, devidamente roteáveis na internet;
- 5.1.4. O serviço não poderá possuir qualquer tipo de franquia, limitação de volume de dados trafegados (em bytes) ou restrição quanto ao conteúdo da informação, caracterizando-se como acesso irrestrito à internet;
- 5.1.5. A disponibilidade mensal mínima do serviço deverá ser de 99,7%, apurada por meio de sistema de monitoramento contínuo, conforme critérios definidos nos Níveis Mínimos de Serviço (NMS);
- 5.1.6. A taxa média de perda de pacotes deverá ser menor ou igual a 0,5%, medida no enlace entre a CONTRATANTE e a rede da CONTRATADA;
- 5.1.7. A latência média deverá ser compatível com enlaces corporativos de alto desempenho, observando:
- 5.1.8. até 25 ms entre a CONTRATANTE e o POP regional da CONTRATADA;
- 5.1.9. até 75 ms para destinos internacionais de referência, conforme padrões de mercado e rotas de trânsito IP.

5.2. Backbone e Infraestrutura

- 5.2.1. A CONTRATADA deverá possuir backbone IP próprio ou contratado, com capacidade comprovada, dimensionado para atendimento simultâneo de múltiplos clientes corporativos, sem congestionamento;
- 5.2.2. Deverá possuir conectividade internacional redundante, por meio de contratos de trânsito IP e/ou acordos de peering (troca direta de tráfego entre redes), garantindo estabilidade, desempenho e disponibilidade do serviço;
- 5.2.3. A infraestrutura deverá contar com enlaces redundantes, mitigando pontos únicos de falha e assegurando a continuidade do serviço;
- 5.2.4. A CONTRATADA deverá fornecer roteador compatível com a banda contratada, incluindo instalação, configuração, operação e gerenciamento;
-



- 5.2.5. O equipamento deverá ser configurado de forma a garantir o pleno acesso da rede da CONTRATANTE à internet;
- 5.2.6. O roteador deverá possuir capacidade de processamento e memória compatíveis com o tráfego de 200 Mbps com ocupação plena, conforme recomendações do fabricante;
- 5.2.7. O equipamento deverá possuir, no mínimo, 04 (quatro) portas LAN Ethernet 10/100/1000 Mbps, padrão IEEE 802.3, com conectores RJ-45;
- 5.2.8. Deverá suportar SNMP e MIB-II, em conformidade com as RFC 1157 e RFC 1213;
- 5.2.9. O roteador deverá suportar tráfego contínuo com utilização máxima de até 80% de CPU e memória, garantindo margem operacional;
- 5.2.10. Todos os equipamentos e serviços deverão atender integralmente às normas e regulamentações da ANATEL.

5.3. Gerenciamento e Monitoramento

- 5.3.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE acesso a portal WEB de monitoramento, contendo, no mínimo:
 - 5.3.1.1. identificação do ponto de acesso;
 - 5.3.1.2. velocidade contratada;
 - 5.3.1.3. tráfego de entrada e saída;
 - 5.3.1.4. taxa média de ocupação do link (throughput);
 - 5.3.1.5. gráficos históricos de utilização da banda.
- 5.3.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar acesso às informações de chamados técnicos, contendo data e hora de abertura, atendimento inicial e encerramento, descrição do problema e solução adotada, por meio de Central de Relacionamento, telefone 0800, e-mail ou consultor de pós-venda.
- 5.3.3. A solução de gerenciamento da rede deverá atuar de forma proativa, monitorando desempenho e falhas, conforme os Níveis Mínimos de Serviço (NMS).

5.4. Suporte e Manutenção

- 5.4.1. A CONTRATADA deverá manter controle da segurança física e lógica de seus ambientes operacionais;
 - 5.4.2. Sempre que solicitado, a CONTRATADA deverá disponibilizar para análise as configurações dos roteadores instalados no ambiente da CONTRATANTE;
 - 5.4.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar SAC 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, 365 dias por ano;
 - 5.4.4. O tempo máximo de atendimento inicial deverá ser de até 1 (uma) hora, contado a partir da abertura do chamado;
 - 5.4.5. O tempo máximo para solução de falhas deverá ser de até 4 (quatro) horas, contado do registro do chamado até o restabelecimento integral do serviço;
 - 5.4.6. A manutenção preventiva e corretiva dos serviços e equipamentos será de inteira responsabilidade da CONTRATADA;
-



-
- 5.4.7. Após qualquer intervenção, o serviço deverá ser restabelecido em condições plenamente operacionais, atendendo integralmente aos requisitos técnicos estabelecidos;
- 5.4.8. Todos os serviços deverão ser executados por técnicos devidamente habilitados e qualificados.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da execução do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o CRQ-III e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

- 6.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.
- 6.6. A Carta de apresentação do preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

Fiscalização

- 6.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) designados, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)), nos termos do art. 33 da [IN SGD nº 94, de 2022](#).

6.8. Fiscalização Técnica

- 6.8.1. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da [IN SGD nº 94, de 2022](#), acompanhará a execução do objeto, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));
- 6.8.2. O fiscal técnico do contrato, anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, com a descrição do que for
-



necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

- 6.8.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));
- 6.8.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).
- 6.8.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).
- 6.8.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).
- 6.8.7. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 6.8.8. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.9. Fiscalização Administrativa

- 6.9.1. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no [art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022](#), verificará a manutenção das condições de habilitação da empresa registrada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- 6.9.2. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

6.10. Gestor do Contrato

- 6.10.1. Cabe ao gestor do contrato:

- 6.10.1.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de
-



ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

- 6.10.1.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.10.1.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.10.1.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.10.1.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.10.1.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.10.1.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Critérios de medição

- 7.1.1. A avaliação da execução do objeto será realizada pelo fiscal, através de relatório de avaliação e recebimento provisório, e pelo gestor, através de relatório de avaliação e recebimento definitivo;
 - 7.1.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:
 - 7.1.2.1. não produziu os resultados acordados,
 - 7.1.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - 7.1.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
 - 7.1.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará o seguinte critério:
-



7.1.4. A disponibilidade mensal mínima do serviço de 99,7%; dentro dos parâmetros estabelecidos no Item 5 deste termo de Referência.

7.2. Do Recebimento

- 7.2.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 7.2.2. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.2.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 7.2.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 7.2.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.2.6. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período do mês de referência.
- 7.2.7. Ao final de cada período/evento de faturamento:
- 7.2.7.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 7.2.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.2.9. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.2.10. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.2.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.2.12. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que
-



julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

- 7.2.13. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.2.14. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
- 7.2.15. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;
- 7.2.16. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.2.17. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.2.18. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.2.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.2.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.2.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.3. Forma de Liquidação

- 7.3.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).
 - 7.3.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
 - 7.3.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
-



- i. o prazo de validade;
 - ii. a data da emissão;
 - iii. os dados do contrato e do contratante;
 - iv. o período respectivo de execução do contrato;
 - v. o valor a pagar; e
 - vi. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.3.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;
- 7.3.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.3.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- i. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
 - ii. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.3.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 7.3.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.3.9. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.
- 7.3.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
-



7.4. Prazo de pagamento

- 7.4.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).
- 7.4.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao REGISTRADO serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

7.5. Forma de pagamento

- 7.5.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.
- 7.5.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.5.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.5.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.5.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.6. Reajuste

- 7.6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, apresentado na sessão pública.
- 7.6.1.1. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Serviço de Telecomunicações - IST, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.6.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.6.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
-



7.6.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.6.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.3. Multa:

- 8.3.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 04 (quatro) dias.
- 8.3.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
- 8.3.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por



- descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 8.3.4. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.
- 8.3.5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.
- 8.3.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.
- 8.3.7. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.
- 8.3.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:
- 8.3.8.1. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 8.3.8.2. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 8.3.8.3. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.5. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (xxxxx) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.7. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 8.8. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos
-



mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

- 8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 8.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 8.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.15. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 9.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado, a ser contratado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.
- 9.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 9.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:
- 9.3.1. SICAF;
- 9.3.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União; e c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União. <https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=2&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>;



- 9.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n.º 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 9.5. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 9.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
- 9.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 9.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 9.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 9.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

9.12.1. Habilitação Jurídica

- 9.12.1.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.12.1.2. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.12.1.3. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 9.12.1.4. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
-



9.12.1.5. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.12.1.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.12.2. **Habilitações Fiscal, Social e Trabalhista**

9.12.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas (CPF);

9.12.2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

9.12.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.12.2.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.12.2.5. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

9.12.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.12.2.7. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.12.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.12.2.9. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.12.2.10. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.



9.12.3. Qualificação Econômico-Financeira

- 9.12.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME n.º 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 9.12.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#);
- 9.12.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- 9.12.3.4. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um); obtidos através da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$10 LC = \frac{11 \text{ Ativo Circulante}}{12 \text{ Passivo Circulante}}$$

- 9.12.3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
- 9.12.3.6. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 9.12.3.7. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.12.3.8. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.
- 9.12.3.9. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- 9.12.3.10. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
-



- 9.12.3.11. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 9.12.3.12. Comprovação de aptidão para a execução dos serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 9.12.3.13. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n.º5/2017.
- 9.12.3.14. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 9.12.3.15. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.12.4. Qualificação Técnica

- 9.12.4.1. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.
- 9.12.4.2. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 9.12.4.3. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 9.12.4.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 9.12.4.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto Contratado, dentre outros documentos.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 68.693,11 (sessenta e oito mil, seiscentos e noventa e três reais e onze centavos) por cada link de internet, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item **Erro! Fonte de referência não encontrada.** acima.



11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Conselho Regional de Química – Terceira Região.

- i. Rubrica: 6.2.2.1.1.01.04.16.001
- ii. Elemento de Despesa: Hospedagem de Sistemas e Internet

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequente será indicada após aprovação do Orçamento do CRQ-III, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

(original assinado)

AYLTON PEREIRA DA CRUZ

Coordenador de Tecnologia da Informação

(original assinado)

NATÁ RODRIGUES DA SILVA

Superintendência Institucional e Operação de Suporte

APROVO o presente Termo de Referência, cuja finalidade é a Contratação de serviços de fornecimento, instalação, ativação e suporte de dois links dedicados de acesso à internet, principal e secundário, para a sede do Conselho Regional de Química -Terceira Região (CRQ-III). Todos os elementos necessários para a identificação do objeto, seu custo e os critérios para participação estão detalhados de forma clara e concisa neste instrumento. A responsabilidade pelas informações técnicas fica adstritas a seus subscritores, em atendimento ao que determina o parágrafo único, art. 53, da Lei 14.133/2021, quando cabível.

(original assinado)

HARLEY MORAES MARTINS

Presidente do CRQ-III
